



INTRODUÇÃO

A revolução das inteligências artificiais (IA) está transformando o sistema jurídico brasileiro, melhorando eficiência e acessibilidade. No entanto, isso levanta preocupações sobre equidade e imparcialidade, fundamentais para a legitimidade do Judiciário.

A pesquisa investiga como as inteligências artificiais (IA) influenciam a equidade da justiça, analisando benefícios como automação e desafios como vieses, ressaltando a necessidade de supervisão para garantir imparcialidade.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho adota uma abordagem qualitativa descritiva e utiliza a revisão bibliográfica como principal procedimento de pesquisa. A classificação metodológica foi definida como básica, com o intuito de proporcionar uma análise aprofundada sobre as influências das inteligências artificiais no sistema jurídico, sem a realização de experimentações empíricas.

Os dados foram coletados a partir de publicações acadêmicas, artigos especializados e documentos legais que abordam o uso de IA no direito, buscando identificar os principais desafios e oportunidades que essas tecnologias oferecem, além de possíveis implicações éticas e regulatórias.

APLICAÇÕES DA IA NO DIREITO

A inteligência artificial no sistema jurídico é aplicada para automatizar tarefas repetitivas, como revisão de documentos, pesquisa jurídica e predição de resultados judiciais. Essas ferramentas são amplamente utilizadas para melhorar a celeridade dos processos e aumentar a eficiência do Judiciário (CARTAXO, 2024; MARTINS, 2024). No Brasil, o Programa Justiça 4.0 é um exemplo de modernização que implementa IA para automatizar tarefas judiciais (CNJ, 2022)

VANTAGENS E DESAFIOS DA IA NO SISTEMA JURÍDICO

As vantagens da IA no sistema jurídico são diversas. Primeiramente, as tecnologias de IA aumentam a eficiência, permitindo a análise rápida de grandes volumes de dados, a automatização de tarefas burocráticas e a predição de resultados judiciais (SAMPAIO; MOTA, 2023). Isso reduz significativamente os custos operacionais e a carga de trabalho de juízes e advogados, além de proporcionar maior precisão e consistência nas decisões (CARTAXO, 2024).

No entanto, esses benefícios trazem desafios consideráveis. A transparência dos algoritmos e a existência de vieses nos dados de treinamento das IA's são preocupações centrais. Algoritmos podem perpetuar preconceitos existentes, resultando em decisões injustas ou discriminatórias (OLIVEIRA, 2023; CARNEIRO, 2024).

Além disso, a falta de supervisão humana pode comprometer a equidade das decisões, já que a IA, por si só, não é capaz de avaliar fatores contextuais ou éticos que são fundamentais em muitos casos judiciais (MENDES, 2023). Assim, é essencial garantir que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada por regulamentações rigorosas e supervisão humana contínua (BRASIL, 2020).

IMPACTO DAS IA'S NA TOMADA DE DECISÕES JURÍDICAS

A capacidade das IA's de influenciar o ato decisório no direito é um tema central no debate jurídico contemporâneo. As IA's são capazes de processar e analisar vastos volumes de dados rapidamente, o que é extremamente útil para identificar padrões e prever resultados judiciais com base em casos passados (ROSS INTELLIGENCE, 2023). Ferramentas como a Ross Intelligence e outras plataformas de análise preditiva já são usadas por advogados e juízes para apoiar a tomada de decisões (CARTAXO, 2024).

Contudo, a substituição completa das decisões humanas por IA's ainda está longe de ser uma realidade. As decisões judiciais envolvem nuances éticas, sociais e emocionais que as máquinas, por mais avançadas que sejam, ainda não conseguem compreender plenamente (SAMPAIO; MOTA, 2023). Além disso, a falta de empatia e a incapacidade de considerar as circunstâncias pessoais de cada caso limitam a eficácia das IA's em decisões mais complexas (MENDES, 2023). Por isso, a supervisão humana permanece indispensável (BRASIL, 2020).

REFERÊNCIAS

CARTAXO, Mac Amaral. O impacto da inteligência artificial na prática jurídica. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-10/o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-pratica-juridica/>. Acesso em: 13 de mai. de 2024.

SAMPAIO, Elias Martins; MOTA, Marcuso Plínio de Jesus Chaves. O futuro da advocacia na era da IA: como a IA pode mudar o papel dos advogados e como os profissionais do Direito podem se adaptar a essa nova realidade. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-futuro-da-advocacia-na-era-da-ia-como-a-ia-pode-mudar-o-papel-dos-advogados-e-como-os-profissionais-do-direito-podem-se-adaptar-a-essa-nova-realidade/>. Acesso em: 18 de mai. de 2024.

MENDES, Cleyton. Robôs no tribunal: o papel da inteligência artificial no Judiciário. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-15/robos-no-tribunal-papel-da-inteligencia-artificial-no-judiciario/>. Acesso em: 16 de mai. de 2024.